

Perigos Ocultos: A Venda Ilegal de Remédios Sem Receita e Seus Riscos

escrito por Dr. Ademilson Carvalho Santos | setembro 17, 2024



A venda de remédios sem receita médica tem sido um tema controverso no Brasil, dividindo opiniões entre conveniência e perigo. Embora alguns defendam que essa prática facilita o acesso a medicamentos essenciais, especialistas alertam para os riscos à saúde pública e os possíveis crimes envolvidos.

De acordo com a [Lei nº 5.991/1973](#), que regulamenta o controle sanitário do comércio de medicamentos, é proibida a venda de remédios sujeitos a prescrição médica sem a devida receita.

Além disso, a Resolução RDC nº 44/2009 da ANVISA reforça a obrigatoriedade da receita para a comercialização de medicamentos controlados.

Apesar das regulamentações, a prática persiste, trazendo uma série de perigos à saúde da população. O uso inadequado de medicamentos pode levar a efeitos colaterais graves, reações adversas e até intoxicações. Além disso, a venda indiscriminada de antibióticos sem receita contribui para o desenvolvimento de resistência bacteriana, um problema de saúde pública global.

A automedicação, incentivada pela facilidade de acesso a remédios sem prescrição, pode mascarar sintomas de doenças graves e retardar o diagnóstico e tratamento adequados. Outro risco é a falsificação de receitas médicas, que aumenta o uso inadequado de medicamentos controlados.

Segundo o [Código Penal Brasileiro](#), a venda ilegal de remédios pode configurar diversos crimes, como o exercício ilegal da medicina, a falsificação de produtos terapêuticos e a venda de substâncias entorpecentes sem autorização. Para responsabilizar os autores, é necessário seguir procedimentos legais específicos, como fiscalização sanitária, denúncias e investigações policiais.

Especialistas defendem a adoção de medidas de prevenção e educação para combater a venda ilegal de medicamentos. Campanhas de conscientização sobre os riscos da automedicação, treinamento de profissionais de saúde para identificar práticas ilegais e fiscalização rigorosa de farmácias e drogarias são algumas das ações recomendadas.

É fundamental que a população esteja ciente dos perigos envolvidos na compra de remédios sem receita médica. Buscar orientação de um profissional de saúde capacitado e adquirir medicamentos apenas com a devida prescrição são passos essenciais para garantir um uso seguro e responsável dos

fármacos.

Fonte: [Ademilson Advocacia Criminal](#)